

## **2.2 - A influência da pecuária na dinâmica do desmatamento na região norte do estado de Mato Grosso**

O Brasil possui um dos maiores rebanhos do mundo, que segundo RIBEIRO et al (2006), atingiu no ano de 2003 um quantitativo de 196 milhões de cabeças de gado. Na Amazônia a conversão indiscriminada de florestas em pastos implica no aumento da discussão das questões econômicas, sociais e ambientais em relação ao uso sustentável dos recursos naturais. O atual modelo da expansão da fronteira agropecuária não contribui para a sustentabilidade dos recursos naturais e sua atividade resulta em impactos sobre o meio ambiente que vão desde ao aumento do desmatamento, degradação dos recursos hídricos, erosão dos solos às mudanças climáticas visíveis.

Para RIBEIRO et al (2005), a expansão da pecuária na Amazônia Legal tem sido impulsionada pelas características sócio-econômicas da região como os preços baixos da terra quando comparadas a outras regiões do país além da mão-de-obra barata que torna o empreendimento na região altamente lucrativo. De acordo com RIBEIRO et al (2006), o aumento da expansão da pecuária na Amazônia é impulsionado pela demanda do mercado externo e tem influência direta no aumento do desmatamento, o que tem dificultado o desenvolvimento da atividade de forma sustentável na região. Esse aumento da pecuária tem contribuído para a destruição de matas ciliares, que são Áreas de Preservação Permanente (APP), principalmente por serem consideradas pelos pecuaristas como áreas preferenciais para a abertura de estradas, construção de barragem, produção de pastagem além de representarem obstáculos de acesso do gado ao curso d'água.

No estado de Mato Grosso, um dos maiores produtores de gado do Brasil apresenta crescimento anual de 14,3 % no setor agropecuário, segundo dados da SEPLAN (2006). A abertura de grandes áreas para pastoreio do gado é realizada priorizando o modelo da pecuária extensiva. A pecuária extensiva é danosa, pois sem a proteção da vegetação, que é queimada para formação dos pastos, o solo fica exposto a erosões e a lixiviação dos nutrientes empobrecendo o solo, sendo em curto prazo necessário a formação de novos pastos. A carne produzida no estado de Mato Grosso além de ser consumida internamente, tem como destino a região sul e sudeste do Brasil além de outros países (Figuras 2, 3, 4, 6, 7 e 8).

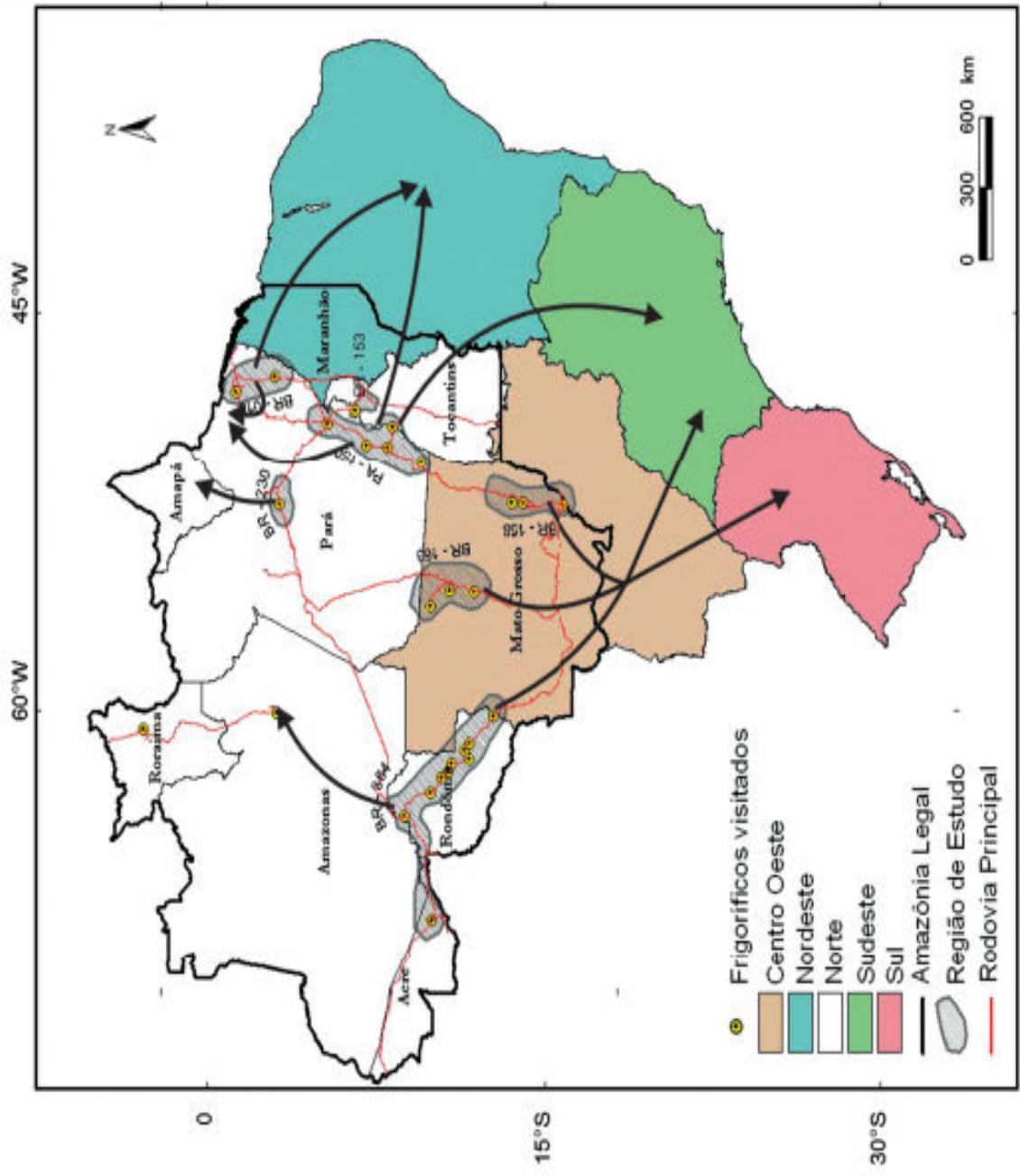


Figura 2 – A pecuária e o destino da carne dos frigoríficos no Brasil (Fonte: IMAZON, 2005).

Segundo BARRETO et al (2005), o estado de Mato Grosso possui junto com os estados do Pará e de Rondônia, os maiores rebanhos de gado na região da Amazônia Legal. As conseqüências são o aumento na taxa de desmatamento para abertura de pastos e aumento das práticas de queima da vegetação para manutenção desses pastos.

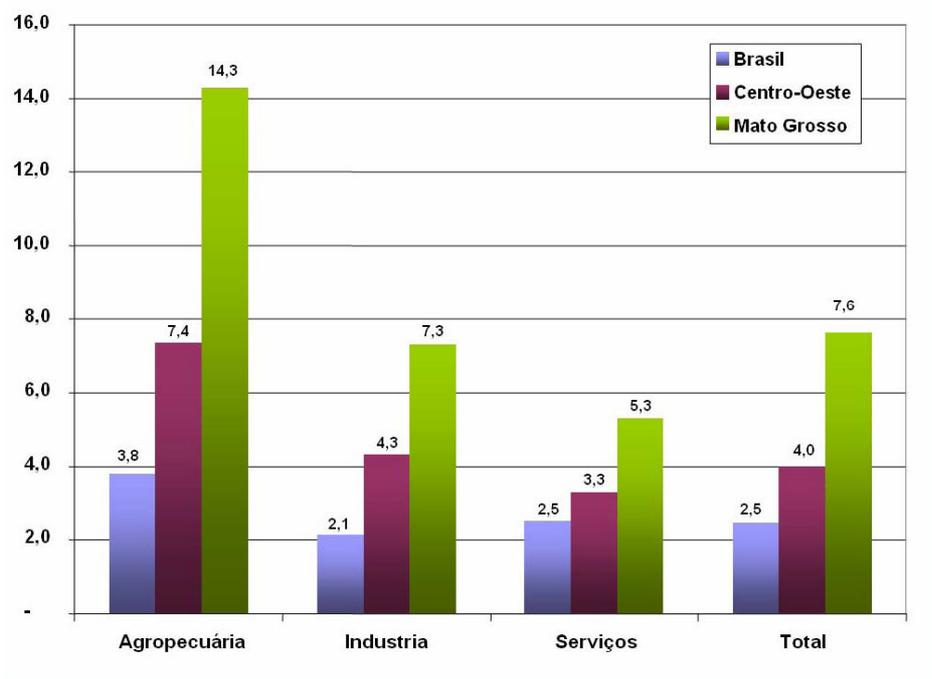


Figura 3 – Taxas de crescimento anual nos setores de agropecuária, indústria e serviços no período de 1985 a 2003 no Brasil, região centro-oeste e estado de Mato Grosso (Fonte: SEPLAN, 2006).



Figura 4 – Crescimento da atividade da pecuária em áreas antes ocupadas por floresta nativa. Município de Nova Monte Verde – MT, 2007.

Foi verificado, segundo dados do IBGE (2008), que os municípios analisados possuem um total de 4.641.266 de cabeças de gado e que o município de Alta Floresta é o que detém o maior número com 732.246 cabeças. Em seguida os municípios de Nova Canaã do Norte, Colíder, apresentam respectivamente 386.629 e 385.081 cabeças de gado (Tabela 1).

Foi verificado que estes municípios possuem grandes áreas desmatadas que já foram convertidas para pecuária como fonte econômica. O município de Colíder apresentou 25,5% de cobertura remanescente, sendo o município que possui maior área desmatada para a pecuária. Os municípios de Alta Floresta e Nova Canaã do Norte apresentaram um pouco mais da metade da cobertura remanescente com 51,3% e 53,1% respectivamente.

O município de Nova Guarita apesar de não possuir um número grande de cabeças de gado em relação a outros municípios analisados, apresentou a segunda menor taxa de cobertura remanescente entre os municípios analisados com 27,1%. Os municípios de Terra Nova do Norte e Carlinda apresentaram respectivamente grande número de cabeças de gado com 257.627 e 220.403 cabeças e também apresentaram a terceira e a quarta menor cobertura vegetal entre os municípios analisados com 31,9% e 36,0% respectivamente.

Para BARRETO et al. (2006), a localização dos frigoríficos e a distribuição do desmatamento e do rebanho indicam que a pecuária está se expandindo no leste do Pará, Mato Grosso, Tocantins e em Rondônia, estados que juntos possuíam 86% do rebanho da região Amazônica em 2003. Segundo Ribeiro et al. (1996), as técnicas e tecnologias empregadas na atividade de pecuária resultam em degradação e em estímulo à ocupação de novas áreas, havendo a necessidade de desenvolver uma política de crédito de pecuária que fortaleça a produção sustentável na região. Para isso, as políticas de créditos devem ser adaptadas para pesquisas de recuperação de áreas degradadas e para aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários na Amazônia Legal.

Para BARRETO et al. (2005), o Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE), seria uma das alternativas para contenção do avanço da pecuária na região Amazônica, onde suas terras deveriam ser destinadas para os melhores usos, que pudessem considerar os aspectos econômicos e ambientais, e as terras ricas em biodiversidade e ambientalmente sensíveis deveriam ser transformadas em Unidades de Conservação.

Tabela 1 – Área do município, população e número de cabeças de gado por município em 2006

<b>Município</b>	<b>Área do Município (km<sup>2</sup>)</b>	<b>População</b>	<b>Quantidade de Cabeças de Gado</b>	<b>Porcentagem de Cobertura Remanescente</b>
Alta Floresta	8.947	49.140	732.246	51,30%
Apiacás	20.364	7.926	199.950	91,30%
Carlinda	2.417	12.108	220.403	36,00%
Colíder	3.038	30.695	385.081	25,50%
Guarantã do Norte	4.713	30.754	257.250	60,00%
Marcelândia	12.294	14.084	188.273	78,60%
Matupá	5.152	14.243	192.345	71,70%

Nova Bandeirantes	9.531	12.742	294.286	74,40%
Nova Canaã do Norte	5.969	12.652	386.629	53,10%
Nova Guarita	1.087	4.877	134.439	27,10%
Nova Monte Verde	6.500	8.133	341.268	59,60%
Nova Santa Helena	2.628	3.347	132.624	52,40%
Novo Mundo	5.802	6.725	317.643	57,80%
Paranaíta	4.830	11.540	331.603	63,30%
Peixoto de Azevedo	14.399	28.987	269.599	80,00%
Terra Nova do Norte	2.302	14.584	257.627	31,90%
<b>Total</b>	<b>109.973</b>	<b>262.537</b>	<b>4.641.266</b>	<b>-</b>

Fonte: Modificado de IBGE, 2008.

A extração ilegal de madeira tem importante relação com as atividades de pecuária, pois funciona como atividade inicial para o desencadeamento do desmatamento total, estando associado ao avanço da fronteira agropecuária na Amazônia. As áreas inicialmente são exploradas visando a extração ilegal de madeira sendo retiradas as espécies de maior valor comercial e posteriormente essas áreas de floresta são submetidas a corte raso e queima para limpeza da terra e assim iniciar as atividades com rebanhos de gado nessas áreas (GARRIDO-FILHA 2002; TONI, 2006) (Figura 5).

Segundo BARROS et al. (1996), verificando para região de Paragominas, estado do Pará, o comportamento da atividade madeireira e da pecuária observaram que à medida que áreas de floresta ganhavam valor em suas propriedades, os pecuaristas tornavam-se cada vez mais interessados na exploração madeireira. Esse interesse derivava, em grande parte, do papel crucial que a venda da madeira tem na reforma das pastagens degradadas e também para a abertura de novas áreas de pastagem.



Figura 5 – A retirada de madeira de interesse comercial para posterior abertura de pasto com uso de fogo. Município de Marcelândia – MT, 2008.

Além das atividades de fiscalização dos órgãos ambientais no estado de Mato Grosso é necessário aumento das áreas autorizadas para desmate dentro do que é previsto pelo Código Florestal (Lei 4771 de 1965) e estimular as propriedades rurais a obterem o licenciamento rural de suas propriedades (Licença Ambiental Única - LAU), instituída pela Lei Complementar nº 38 de 1995. Essa ferramenta é importante no combate e no controle do desmatamento, pois para obter o licenciamento é necessário quantificar nas propriedades rurais as Áreas de Preservação Permanente (APP), a área de Reserva Legal e a área destinada ao desmate autorizado pelo órgão ambiental. Esse cadastramento das propriedades rurais é relevante onde qualquer alteração na área de propriedade através de desmate não autorizado praticado pelo proprietário é verificada nas imagens de satélite e órgão ambiental emite a infração para o proprietário.